



O acometimento das demências entre os idosos cresce: é preciso ouvir e respeitar a vontade de quem sofre com ela, antes que mergulhe no esquecimento total

Ana Carolina Martins

Dados nacionais ajudam a dimensionar o cenário local, revelando que cerca de 8,5% dos brasileiros com 60 anos ou mais vivem com algum tipo de demência, sendo que Alzheimer responde por 50% a 70% desses casos.

Na área da Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Campinas, que abrange os 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC), os dados mais recentes apontam que, em 2025, foram registrados 1.766 atendimentos ambulatoriais e 45 hospitalares por Alzheimer.

No ano anterior, 2024, foram 1.999 atendimentos ambulatoriais e 64 hospitalares. A leve redução não indica, necessariamente, queda na incidência da doença, podendo refletir variações em relação ao acesso ao diagnóstico ou registro dos casos.

Impacto humano

Mais do que números, o impacto social e humano por trás é enorme, com contornos de profundo sofrimento não apenas para quem desenvolve a doença, mas também para quem cuida.

As demências, de evolução lenta e irreversível, começam de maneira quase imperceptível: esquecimentos cotidianos, dificuldade de orientação, alterações de comportamento... Com o tempo, comprometem as funções básicas e transformam completamente a dinâmica familiar.

Demanda na RMC

Na RMC, a rede pública de saúde tenta responder a essa demanda crescente por meio da atenção básica e de serviços especializados. Centros de referência do idoso, ambulatórios de geriatria e neurologia desempenham papel central no

Demências: o direito de decidir antes do esquecimento

Pesquisadora propõe que paciente seja protagonista enquanto ainda há lucidez

G.Garitan, CC BY-SA 4.0



Pacientes com demências participam de grupo de estudo e convivência

diagnóstico e acompanhamento, muitos deles vinculados a universidades e hospitais de ensino.

Instituições como o Hospital de Clínicas da Unicamp e ambulatórios municipais estruturam linhas de detecção e cuidado, ainda que a demanda, frequentemente, ultrapasse a capacidade instalada.

Rompendo tabus

É nesse cenário que o trabalho da doutoranda em Bioética e Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB), a pesquisadora Nelma Melgaço, autora do livro Plano Avançado de Cuidado para Pacientes com Alzheimer e Outras Demências, recém-lançado em Bra-

sília, ganha relevância.

Sua abordagem apresenta uma perspectiva ainda pouco difundida no Brasil, mas cada vez mais urgente. Nelma defende a necessidade de se discutir e respeitar, nas fases iniciais da doença, as decisões médicas, limites de intervenção e preferências pessoais do paciente.

A proposta rompe um tabu, uma vez que falar sobre o futuro, quando a lucidez ainda está preservada, permite que o próprio paciente participe das escolhas relativas ao seu tratamento, sua qualidade de vida e até decisões a respeito do inevitável fim da vida.

Isso devolve o protagonismo a quem, inevitavelmente, o perderá com o avanço da doença. Para as famílias, esse planejamento reduz conflitos e incertezas em momentos críticos.

“Como sou da área do Direito, tive sempre uma preocupação com o paciente idoso, no que tange aos seus direitos, à sua autonomia e cuidados na área da saúde. Isso se reforçou agora que meus pais são 80+”, explica a pesquisadora.

Na publicação, Nelma revela como é possível assegurar a autonomia do paciente com demência. Por exemplo, no Alzheimer, há uma janela temporal de 10 anos entre o diagnóstico e a perda total da capacidade de decisão.

“Então, podemos construir um plano de cuidados juntos, respeitando a vontade de quem está sofrendo. Isso garante simetria entre quem cuida e quem é cuidado, dentro dos valores e sendo respeitado e suas decisões”, defende.

Transformação social

O avanço do Alzheimer não pode ser compreendido apenas como uma estatística epidemiológica. Ele revela a transformação social profunda em um contexto de famílias que assumem papéis para os quais não foram preparadas e sistemas de saúde pressionados a se reorganizar.

Porque o Alzheimer não afeta apenas quem adoece. Ele atravessa famílias inteiras, reconfigura vínculos e exige da sociedade o desenvolvimento de competências mesmo quando a memória já não responde.